

O BRASIL DIANTE DA ASCENSÃO CHINESA: OS RISCOS DA ESPECIALIZAÇÃO REGRESSIVA ¹

André Cunha², Marcos Lélis³, Julimar Bichara⁴, Manuela de
Lima⁵

Introdução

Durante a primeira década do século XXI, a China consolidou sua posição como segunda principal economia do mundo em termos do seu produto, comércio internacional e propriedade de ativos financeiros no exterior⁶. Nem mesmo a crise financeira global, originada no mercado hipotecário estadunidense, em 2007, e com desdobramentos que se fazem sentir até o presente, foi capaz de interromper sua trajetória ascendente⁷. As mais influentes projeções sobre a evolução da economia mundial sugerem que a China irá, em

¹ A pesquisa que deu origem a este trabalho contou com o financiamento do CNPq e da FAPEMIG, a quem o autor gostaria de agradecer. O autor agradece também a Luísa Gonçalves de Medeiros e a Wilson Mendonça Júnior, pela competente e dedicada assistência na pesquisa. Uma versão anterior deste trabalho foi apresentada no III Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI); São Paulo, USP, 20 a 22 de julho de 2011. O autor agradece os comentários e sugestões de Dawisson Belém Lopes e Haroldo Ramanzini Júnior.

² Professor do PPGE/UFRGS e do PPGEI/UFRGS. Pesquisador do CNPq. E-mail: andre.cunha@ufrgs.br

³ Professor da Unisinos e Coordenador da Unidade de Inteligência Comercial e Competitiva da APEX-Brasil. E-mail: mcaputi@uol.com.br

⁴ Professor da Universidad Autónoma de Madrid (Espanha). E-mail: julimar.dasilva@uam.es.

⁵ Analista da Unidade de Inteligência Comercial e Competitiva da Apex-Brasil. Mestranda do PPGE/Unisinos. E-mail: manuela.lima@gmail.com

⁶ Ver Timmer *et al.* (2012), Morrison e Labote (2011).

⁷ Breslin (2011) oferece uma resenha atualizada sobre a natureza do “modelo chinês”. Ver, também, Zheng Bijian (2006), Kang (2007), Naughton (2007), Kurlantzick (2007), Halper (2010), Kissinger (2011), Leão, Pinto e Acioly (2011).

um futuro não muito distante, ultrapassar os EUA, posicionando-se como a maior economia do planeta⁸.

Politólogos e internacionalistas tendem a avaliar tal dinâmica em termos de seus impactos sobre a estrutura de poder em nível global (BRESLIN, 2011, VISENTINI, 2011). Há os que temem que a China contemporânea reproduza situações históricas onde potências em ascensão – como Japão e Alemanha entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX – buscaram alterar o *status quo*, o que redundou em processos desestabilizadores e guerras⁹. Há, por óbvio, os que imaginam que a China será um ator bem-comportado da ordem liberal criada no pós-guerra¹⁰. Ainda no âmbito deste debate, ganhou corpo a dualidade entre a suposta decadência estadunidense e o fortalecimento da potência asiática.

Especialistas chineses e sinólogos da academia ocidental argumentam que a ascensão chinesa será pacífica e que o país está longe de poder substituir os EUA como potência hegemônica. Vislumbram uma ordem internacional multipolar e como maior compartilhamento de responsabilidades (KANG, 2007, ZHENG BIJIAN, 2005, WU JIGLIAN, 2005 E 2006, ANGANG HU, 2010). Apontam para as fragilidades em sua estrutura político-institucional e em sua economia, particularmente a baixa capacidade de gerar inovações tecnológicas, a deterioração no meio ambiente e no padrão de distribuição de renda, subprodutos do modelo de crescimento acelerado. Questionam, ainda, a

⁸ Ver, dentre outros, Goldman Sachs (2007), National Intelligence Council (2008), Cepal (2011a) e Timmer *et al.* (2012).

⁹ Subramanian (2011) e Halper (2010) apontam que são elevados os riscos da China sobrepor os EUA, quer por virtudes próprias, quer pela crescente fragilidade econômica e política da atual superpotência. E isto poderia se dar em um ambiente de conflito crescente como sugere Mearsheimer (2010). Para Halper (2010) o principal risco vem da projeção internacional do modelo chinês, onde se combinam a forte centralização das decisões políticas em um Estado autoritário, com uma agressiva adesão aos mecanismos de mercado no mundo da produção, comercialização e finanças. Por sua vez, Subramanian (2011) enfatiza as fragilidades estadunidenses, potencializadas depois da crise: excesso de endividamento, crescente concentração na renda, esvaziamento da classe média e incapacidade do sistema político de prover soluções para os problemas econômicos. Há ainda quem considere que o poder chinês e suas perspectivas nas próximas décadas têm sido sobre-estimados (Babones, 2011 e Clark, 2011).

¹⁰ Analistas estadunidenses vislumbram a possibilidade de a China atuar ao lado dos EUA para o enfrentamento dos problemas globais. A manutenção de uma ordem democrática e aberta passaria, de um lado, pela capacidade dos EUA recuperarem a capacidade de influenciar as potências emergentes por meio de mecanismo não agressivos e, por outro, da disposição destes em atuar no sentido de fortalecimento das instituições e bens públicos globais. Ver: Nye Jr (2011), Kissinger (2011) e Ikenberry (2011).

capacidade de legitimação da atual estrutura de poder e, por decorrência, a sua possibilidade de garantir uma trajetória de estabilidade social no contexto de uma economia cada vez mais governada pelos mecanismos de mercado. A “superpotência frágil” (Shrink, 2007) se veria cercada por problemas internos e externos que inviabilizariam sua capacidade de projetar poder no plano internacional da mesma forma que os EUA.

Este debate mais geral serve como pano de fundo para aquilo que é o foco deste artigo, qual seja, explorar algumas implicações da ascensão chinesa sobre a trajetória recente de desenvolvimento do Brasil. Mais especificamente, busca-se aqui mapear alguns riscos associados ao padrão de interação econômica que se está consolidando nas relações sino-brasileiras, onde, por um lado, o Brasil surge como produtor e exportador de recursos naturais e, por outro, a China intensifica sua presença enquanto exportadora de manufaturas e capitais. Nossa hipótese principal é de que a consolidação deste padrão tende a impor riscos não desprezíveis de cristalização de um quadro de especialização regressiva (COUTINHO, 1997; JAYME JR; REZENDE, 2009) para o Brasil, onde se vislumbra a perda de densidade, diversificação e vitalidade da estrutura produtiva e do padrão de inserção comercial. Para reagir a tal tendência, o país necessitará recuperar a capacidade de adotar políticas desenvolvimentistas coerentes e potentes, cujas características mais gerais serão exploradas no final do trabalho.

Nossos argumentos estão estruturados da seguinte forma. Após esta breve Introdução, a seção 2 resgata o debate recente sobre o desenvolvimento, onde se enfatiza o sucesso das economias asiáticas. Lembra-se que tal sucesso está alicerçado na diversificação da estrutura produtiva e de comércio internacional, ao passo que outras regiões periféricas apresentaram perda de dinamismo. A seção 3 fornece um conjunto de evidências empíricas que sugerem que a economia brasileira, assim como outras economias periféricas, está cada vez mais vinculada à economia chinesa, em padrão típico de uma relação Norte-Sul. A seção 4 reúne as principais conclusões e explora as suas implicações em termos de formulação de políticas.

2. Desenvolvimento em Perspectiva: a experiência internacional comparada

A percepção de que o ativismo estatal está diretamente associado ao progresso econômico das nações remonta, pelo menos, ao período do mercantilismo (Reinert, 1999 e 2007). O argumento da proteção da indústria infante de Alexander Hamilton e Friedrich List tornou-se popular em nações emergentes que procuravam reproduzir a trajetória britânica de revolução industrial (Chang, 2002). Da mesma forma, a noção de que o desenvolvimento econômico implica na mudança qualitativa das estruturas produtivas, onde as inovações tecnológicas encontram um papel de centralidade está fortemente assentada na obra de Schumpeter e encontra ecos na análise de Marx.

Autores como Joan Robinson, Kaldor, Pasinetti, Thirlwall, dentre outros, partindo de *insights* de Keynes, Kalecki e, em menor dimensão, Marx, mostraram que o processo de crescimento está centrado na acumulação de capital sem ser, necessariamente, linear, tendente ao equilíbrio ou capaz de, por meio dos mecanismos de mercado, produzir um padrão socialmente justo de expansão. Ademais, em oposição dos modelos neoclássicos, enfatiza-se a centralidade da indústria de transformação, considerada como sendo portadora de propriedades potencializadoras do crescimento (Tregenna, 2009, Palma, 2007 e 2011). As assim-chamadas leis de crescimento de Kaldor expressam com clareza este aspecto. Assim, para este autor: (i) haveria uma relação direta entre o crescimento do setor industrial e o crescimento da economia como um todo – a “primeira lei”; (ii) o crescimento da produtividade na indústria seria um fenômeno endógeno à expansão deste setor, dadas as economias estáticas e dinâmicas – “segunda lei” ou “lei de Verdoorn”; e (iii) a produtividade dos setores não-industriais será tão maior, quanto mais elevada for a produtividade na indústria. Ademais, Kaldor e Thirlwall perceberam que haveria um limitador à expansão de longo prazo associado aos diferenciais nas elasticidades de renda dos produtos importados e exportados, em linha com a argumentação de Furtado (2003) e Prebisch (1984).

Ademais, a experiência histórica do entre guerras representou um recuo das estratégias liberais, com a decorrente ascensão do ativismo estatal, necessário para viabilizar a reestruturação das economias depois da crise de 1929, o esforço de guerra e a posterior reconstrução. Os movimentos de

independência na África e Ásia a partir da segunda metade dos anos 1940 e os *insights* dos teóricos do desenvolvimento¹¹ estimularam o esforço modernizante, onde a construção nacional confundia-se com a ideia da industrialização. Neste contexto, o debate sobre o desenvolvimento econômico tem polarizado posições entre os que defendem e os que criticam a ideia de que os mecanismos de mercado são suficientes para garantir um crescimento sustentável e equilibrado. Entre os críticos destaca-se a percepção de que o Estado tem um papel crucial na indução e, em certas circunstâncias, no comando do processo de desenvolvimento. Argumentam que a ação estatal é diretamente proporcional: (i) às fragilidades e insuficiências dos mercados; e (ii) ao atraso relativo de cada país frente à fronteira tecno-produtiva. Isto explicaria a maior presença econômica do Estado nos países de desenvolvimento retardatário. Ademais, esta tradição sugere que a indústria é vital para o crescimento e que as nações podem construir vantagens competitivas por meio de políticas industriais.

A visão pró-mercado tem sido sustentada pelo *mainstream* dos economistas profissionais e pelos organismos multilaterais de maior influência, como o FMI e o Banco Mundial (BM). Enfatiza-se que o mercado é a instituição que garante a maior eficiência na alocação dos recursos escassos. Os preços livremente determinados nos mercados sinalizariam a escassez relativa dos fatores de produção e, assim, indicariam os padrões de especialização produtiva. Sugere-se que a especialização produtiva e comercial, em linha com as vantagens comparativas derivadas da dotação relativa de fatores, maximizaria a eficiência alocativa e, com isso, o potencial de crescimento. Países ricos em recursos naturais deveriam se especializar nestes setores. A oferta dos demais bens viria por meio das exportações. Ir de encontro a tal padrão por meio de políticas industriais redundaria, em última instância, em desperdício de recursos, corrupção e desequilíbrios fiscais e monetários.

A partir do pós-guerra, a experiência de industrialização das economias periféricas tem servido de pano de fundo para a explicitação destas posições. Em

¹¹ São referências essenciais deste período autores como Rosentein-Rodan, Nurkse, Hirschman, Prebisch, bem como os economistas da “escola de Cambridge” (Tregenna, 2009; Palma, 2007 e 2011), como Kaldor, Robinson, Pasinetti, dentre outros. Krugman (1993) denominou tal período de “*high development theory*”, cujos pioneiros tiveram *insights* posteriormente incorporados na “nova geografia econômica”, nos modelos de crescimento endógeno e na nova teoria do comércio.

particular, o caso bem sucedido de crescimento sustentado dos países asiáticos¹² tornou-se o centro das principais controvérsias, na medida em que estes passaram a descolar das demais regiões periféricas em termos de crescimento, participação na renda e nas exportações mundiais, bem como de estruturação de bases produtivas mais diversificadas e complexas do que o verificado em outras regiões. E este processo se deu com aqueles países partindo de uma base de desenvolvimento econômico e social inferior àquela verificada na América Latina em geral e, mesmo, do que em muitos países africanos (Chang, 2006). Em 2010, os países da Ásia-Pacífico representavam 55% da população mundial, 34% da renda e 30% das exportações. O dinamismo asiático no período da globalização inaugurada no último quartel do século XX pode se expressar da seguinte forma: se, em 1980, a América Latina representava 11% do PIB mundial medido em dólares ajustados pela paridade poder de compra, a Ásia (excluído o Japão) atingia 9%. Três décadas depois, a América Latina detinha 8,5% do PIB global, ao passo que a Ásia chegava a 28%. Enquanto os países asiáticos cresciam a taxas médias de 7% ao ano, os países latino-americanos e africanos experimentavam ritmos bastante inferiores, entre 2% e 3%¹³. Do ponto de vista da absorção de investimento direto estrangeiro, os asiáticos (excluindo-se Hong Kong) mais do que dobram seu espaço entre os anos de 1980 e 2010¹⁴. Por outro lado, economias que desenvolveram seus sistemas nacionais de inovação e constituíram empresas competitivas internacionalmente em geral

¹² O recente estudo encomendado pelo Banco Mundial (World Bank, 2008) e liderado por dois ganhadores do Prêmio Nobel em Economia, Robert Solow e Michael Spence, procurou identificar casos de sucesso (e suas explicações) de crescimento elevado e sustentado no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. Foram 13 os países a crescer mais de 7% ao ano por mais de 30 anos, dos quais 9 eram nações do Sudeste e Leste da Ásia (Japão, Hong Kong, Taiwan, Coreia do Sul, Cingapura, Malásia, Indonésia, Tailândia e China). O Brasil, no período 1950-1980, também está neste grupo.

¹³ Ver IMF World Economic Outlook, September, 2011 (<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/02/index.htm>, acesso em 21/03/2012).

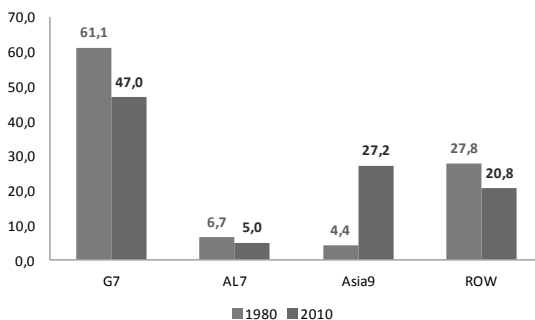
¹⁴ Entre 1980 e 2010 o estoque mundial de IDE (inward) passou de US\$ 700 bilhões para US\$ 19.141 bilhões. Em 1980, os países desenvolvidos detinham 57% daquele estoque, contra os 43% dos países em desenvolvimento. Em 2010 tais participações eram de, respectivamente, 65% e 35%. Por outro lado, as economias asiáticas, excluindo Hong Kong, passaram de 5,2% para 13,4% dos totais globais ([http://www.unctad.org/en/Pages/Publications/WorldInvestmentReports\(1991-2009\).aspx](http://www.unctad.org/en/Pages/Publications/WorldInvestmentReports(1991-2009).aspx), acesso em 21/03/2012).

apresentam níveis mais baixos de participação do capital estrangeiro, casos de Japão, Coreia do Sul e Taiwan¹⁵.

A era da globalização implicou na incorporação nos circuitos mercantis internacionais de economias que, até então, mantinham vínculos limitados de interação com o resto do mundo. Países do antigo bloco socialista e várias nações da periferia tornam-se, simultaneamente, espaços de produção e mercados consumidores de bens, serviços e fatores de produção, particularmente capitais. Claramente, as economias asiáticas podem ser apontadas como as que enfatizaram uma inserção baseada na produção e exportação de bens industriais o que, em uma perspectiva keynesiana-kaldoriana, tende a contribuir para seu desempenho superior em termos de crescimento do PIB e da produtividade. A figura 1 reporta que a participação das principais economias da região, excluindo-se o Japão, que está no agregado G7, na produção mundial de manufaturas. Em 1980, a Ásia contribuía com 4,4% do total mundial, abaixo da participação das principais economias latino-americanas, de 6,7%. Em 2010, a participação asiática subia para 27,2% e a latino-americana recuava para 5%. As economias mais avançadas (G7) e o resto do mundo também experimentaram esta perda relativa de importância de sua produção industrial.

¹⁵ Em 2010, o coeficiente IDE/PIB era de: 30% nas economias desenvolvidas; 29% nas economias em desenvolvimento; 26% na Ásia; 33% África; e 34% na América Latina. Todavia, nas economias asiáticas mais dinâmicas tal indicador era muito menor do que o verificado em outras economias com renda per capita similar: 4% no Japão, 13% na Coreia e 14% em Taiwan. Na China era de 10%. ([http://www.unctad.org/en/Pages/Publications/WorldInvestmentReports\(1991-2009\).aspx](http://www.unctad.org/en/Pages/Publications/WorldInvestmentReports(1991-2009).aspx), acesso em 21/03/2012).

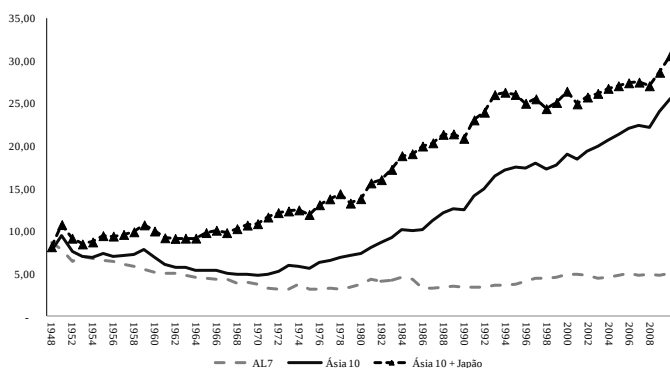
Gráfico 1. Distribuição da Produção Industrial Mundial, 1980-2010 (valor adicionado na indústria de transformação em %).



Fonte dos dados brutos: United Nations National Accounts Main Aggregates Database (<http://unstats.un.org/unsd/snaama/introduction.asp>, acesso em 03 de março de 2012.). G7 – EUA, GB, Japão, Alemanha, França, Itália e Canadá; AL7 – Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Peru e Venezuela; Ásia9 – China, Hong Kong, Coréia do Sul, Malásia, Indonésia, Índia, Tailândia, Filipinas e Cingapura; ROW – resto do mundo.

O gráfico 2 sugere que, até meados dos anos 1970, as principais economias em desenvolvimento da Ásia e da América Latina detinham participações semelhantes nas exportações mundiais. Todavia, enquanto as economias asiáticas quadruplicaram seu *market-share*, as economias latino-americanas permaneceram praticamente na mesma situação.

Gráfico 2. Participação de Economias Seleccionadas nas Exportações Mundiais de Mercadorias, 1948-2010 (%)



Fonte dos Gráficos: Elaboração Própria com base nos dados da OMC (<http://stat.wto.org/Home/WSDBHome.aspx?Language=E>, acesso em 05/02/2012). AL7 = Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru, Venezuela e México. Ásia 10 = China, Hong Kong, Índia, Indonésia, Coréia do Sul, Malásia, Filipinas, Cingapura, Taiwan e Tailândia.

O crescimento asiático veio acompanhado de profundas mudanças estruturais (tabelas 1 e 2). Verificou-se intensa urbanização, perda relativa de importância da agricultura na geração da renda, e forte elevação da participação do comércio exterior no PIB. Em nenhuma outra região do mundo, as exportações de bens e serviços ampliaram-se de um modo tão veloz. A formação bruta de capital e a ampliação na participação da indústria na renda lideraram o processo de modernização produtiva. Enquanto na América Latina o período que se seguiu à crise da dívida externa, no começo dos anos 1980, caracterizou-se pela perda de dinamismo da indústria e queda nos investimentos, as economias asiáticas lograram manter e, em alguns casos, ampliar, o ritmo de acumulação de capital, sob a liderança do setor industrial. Conforme destacado pela literatura sobre crescimento inspirada na tradição keynesiana-kaldoriana, estes dois fatores são essenciais para explicar o desempenho de longo prazo de uma economia. Na visão de Palma (2007, 2011) o sucesso asiático e o quadro de semi-estagnação nas demais regiões periféricas, especialmente na América Latina, revelam a capacidade dos primeiros em sustentar uma dinâmica de expansão baseada na acumulação de capital liderada pelas atividades urbano-industriais. Por sua vez, Rodrik (2006) sugere haver evidências empíricas robustas de forte correlação entre a aceleração do crescimento e a existência de estruturas produtivas diversificadas e com elevada participação da indústria de transformação.

Tabela 1 - Distribuição Setorial do PIB em Economias Seleccionadas, 1960-2010* (%)

	Agricultura			Indústria			Serviços		
	1960s	1980s	2000s	1960s	1980s	2000s	1960s	1980s	2000s
I. América Latina									
Argentina	10,3	8,3	9,1	47,0	39,4	32,9	42,7	52,3	58,0
Brasil	16,0	10,2	6,1	36,3	44,0	27,8	47,7	45,8	66,1
Chile	8,4	7,7	4,4	40,1	39,1	43,0	51,5	53,2	52,6
Colômbia	27,9	18,1	8,1	27,0	35,2	32,8	45,1	46,7	59,1
México	12,3	8,9	3,8	28,7	33,5	33,0	59,0	57,7	63,1
Peru	18,8	9,7	7,5	30,3	31,6	33,8	50,8	58,8	58,6
Venezuela	5,5	5,9	4,2	39,6	49,6	53,1	54,2	44,4	42,7
II. Ásia									
China	38,4	29,1	11,9	34,7	43,6	46,5	26,8	27,3	41,5
Cingapura	nd	0,9	0,1	nd	36,9	30,3	nd	62,2	69,7
Coréia do Sul	31,0	12,7	3,3	22,3	39,7	37,2	46,8	47,6	59,5
Filipinas	27,8	23,5	12,9	31,2	36,4	33,5	41,0	40,1	53,7
Hong Kong	nd	0,5	0,1	nd	28,6	9,2	nd	71,0	90,7
Índia	42,5	31,3	19,4	20,3	26,2	27,3	37,2	42,5	53,3
Indonésia	50,9	22,7	14,5	14,8	37,9	46,2	34,3	39,4	39,2
Malásia	30,7	19,6	9,3	25,8	39,1	46,9	43,4	41,3	43,7
Tailândia	31,1	16,8	10,6	22,8	32,8	43,7	46,0	50,3	45,7
III. Economias Avançadas									
Alemanha	6,4	3,2	1,0	46,0	39,9	29,2	47,6	57,0	69,8
EUA	3,7	2,0	1,2	48,1	38,7	21,6	48,2	59,3	77,3
Japão	3,5	2,4	1,6	35,2	30,6	29,7	61,2	67,0	68,8

Fonte: World Development Indicators on Line, World Bank (<http://data.worldbank.org> - acesso em 05/02/2012)

(*) Foram calculadas as médias em cada década. Nos anos 1960 há, em alguns casos, lacunas de informações.

Tabela 2 – Comércio Internacional, Investimentos e População Rural em Economias Seleccionadas, 1960-2010*

	População Rural (% do total)			Comércio Internacional de Bens e Serviços* (% do PIB)				Formação Bruta de Capital (% do PIB)			
				Importações		Exportações					
	1960	1980	2010	1960s	1980s	2000s	1960s	1980s	2000s	1960s	2000s
I. América Latina											
Argentina	26,4	17,1	7,6	6,0	6,2	16,9	6,3	9,3	23,1	22,4	18,8
Brasil	55,1	32,6	13,5	6,5	7,3	12,2	6,7	10,1	13,6	19,7	20,7
Chile	32,2	18,8	11,0	13,8	26,2	32,8	13,7	27,5	40,1	18,1	18,9
Colômbia	55,0	37,9	24,9	13,2	13,6	19,2	12,5	15,0	16,7	19,3	19,4
México	49,2	33,7	22,2	9,6	13,7	31,8	7,7	17,2	27,5	19,3	21,9
Peru	53,2	35,4	28,4	19,9	16,7	20,2	18,2	16,7	23,0	32,6	24,5
Venezuela	38,4	20,8	6,0	15,9	20,7	20,0	25,3	25,5	30,8	25,3	19,8
II. Ásia											
China	84,0	80,4	55,1	2,7	14,0	27,0	2,6	13,7	31,7	20,3	36,1
Cingapura	0,0	0,0	0,0	nd	nd	188,1	nd	nd	213,2	22,7	41,6
Coreia do Sul	72,3	43,3	18,1	19,3	32,3	40,0	8,9	33,5	42,1	20,3	31,0
Filipinas	69,7	62,5	33,6	18,5	26,7	47,0	17,9	25,1	42,8	22,2	21,7
Hong Kong	14,8	8,5	0,0	80,5	104,0	180,3	78,5	110,8	189,2	25,4	27,0
Índia	82,1	76,9	69,9	5,5	7,9	21,4	4,0	6,1	18,6	15,4	22,4
Indonésia	85,4	77,9	46,3	12,5	22,8	26,2	10,3	24,5	30,8	10,4	29,2
Malásia	73,4	58,0	27,8	37,9	56,6	87,9	41,7	59,0	108,2	17,9	28,3
Tailândia	80,3	73,2	66,0	18,4	30,0	64,7	16,2	26,9	70,3	21,5	30,7
III. Economias Avançadas											
Alemanha	28,6	27,2	26,2	9,5	10,4	36,6	16,4	23,3	41,6	30,5	22,1
EU A	30,0	26,3	17,7	17,9	24,9	15,4	5,3	8,4	10,9	19,2	19,4
Japão	56,9	40,4	33,2	4,7	10,3	12,9	9,9	12,5	14,1	35,8	30,2

Fonte: World Development Indicators on Line, World Bank (<http://data.worldbank.org> - acesso em 05/02/2012)

(*) Foram calculadas as médias em cada década. Nos anos 1960 há, em alguns casos, lacunas de informações.

A estrutura das exportações, refletindo a profunda transformação na base produtiva daquelas economias, passou a se caracterizar pelo predomínio de manufaturas de maior conteúdo tecnológico¹⁶. A comparação entre Ásia e América Latina evidencia as dificuldades das economias desta região em manter estruturas produtivas e de comércio exterior mais densas e sofisticadas. A partir dos anos 1980, os países asiáticos ampliam sua internacionalização, mantendo níveis elevados de participação da indústria no PIB, ao passo que os latino-americanos assistem a uma intensa desindustrialização. Isto se dá em um contexto de redução dos níveis de formação bruta de capital na América Latina, para valores médios abaixo de 20% do PIB, enquanto na Ásia as economias mais dinâmicas mantiveram investimentos próximos a 30% do PIB¹⁷ (tabela 2, Palma, 2007 e 2011).

Os países asiáticos mais dinâmicos também se destacam na tentativa de manter um padrão de desenvolvimento cada vez mais alicerçado em setores portadores das inovações tecnológicas e que têm transformando a base produtiva e os padrões de consumo nas últimas três décadas. Coreia do Sul, Cingapura e Japão estão entre os que mais investem em pesquisa e desenvolvimento (P&D)¹⁸. A Coreia do Sul merece uma menção especial, na medida em que seu esforço para alcançar as nações que determinam as fronteiras tecno-produtivas se traduz em um gasto em P&D próximos aos das economias líderes em esforço inovativo, como Suécia, Finlândia, Israel e Japão.

¹⁶ Para o período 2005-2009, a média asiática de participação de produtos de ICT (“Information and Communication Technology”, que são bens de tecnologia de informação e comunicações, ou seja, telecomunicações, áudio, vídeo, computadores e equipamentos relacionados, componentes eletrônicos, dentre outros. Exclui softwares.) é de 27% das exportações totais, contra os 11% verificados nos países da OCDE e da América Latina, ou os 2,4% verificados no Brasil. Ver: World Development Indicators on Line, World Bank (<http://data.worldbank.org> - acesso em 05/02/2012).

¹⁷ Depois da crise financeira de 1997 e 1998, houve um declínio nos investimentos, especialmente nos países da ASEAN.

¹⁸ Tomando-se a média do período 2006-2008, as economias de renda alta da OCDE gastaram, em média, 2,37% do PIB anualmente em P&D, contra uma média de 2,29% entre 1996 e 1998. Finlândia, Israel, Japão e Suécia gastaram cerca de 4% dos respectivos PIBs, ante os 3% da década anterior. Na América Latina tal dispêndio foi, entre 2006 e 2008, de apenas 0,65% do PIB, tendo o Brasil como destaque com 1% do PIB. Uma década antes, tais indicadores foram, respectivamente, de 0,5% e 0,7%, revelando um avanço tímido. Por fim, a média asiática recente foi de 1,37% do PIB, com destaques para Cingapura (2,4%) e Coreia (3,1%). A China gastou 1,4% em 2006-2008 contra os 0,6% de 1996-1998. Fonte: elaboração própria com base no World Development Indicators on Line, World Bank (<http://data.worldbank.org> - acesso em 05/02/2012).

E isto se deu a despeito de sua renda per capita equivaler a algo entre 50% e 60% da renda per capita das nações mais ricas. A China também vem realizando um avanço nesta área. Entre 1996 e 1998 seus gastos em P&D foram, em média, de 0,6% do PIB. Entre 2006 e 2008, tais investimentos alcançaram 1,4% do PIB. Para se colocar em perspectiva, os gastos do Brasil foram, nestes dois momentos, de 0,7% e 1% do PIB. A despeito de despontar como um líder regional em investimentos em P&D, o Brasil segue muito atrás das economias asiáticas mais dinâmicas. Os asiáticos lideram os investimentos com tecnologias de informação, equipamentos e softwares¹⁹, em infraestrutura física e humana para dar sustentação a estes setores e em termos de manutenção de um ambiente de negócios favoráveis às empresas (tabela 3).

Também é importante lembrar que, no caso asiático, o crescimento esteve associado a uma sensível ampliação na qualidade de vida da população em geral, expressa em indicadores como o aumento do consumo per capita, do acesso à água tratada, da escolaridade, a redução da mortalidade infantil etc.²⁰, bem como à menor instabilidade macroeconômica²¹.

¹⁹ O indicador de gastos em tecnologias de informação e comunicação computa despesas para aquisição de equipamentos de informática e softwares, serviços de computação e comunicação e outros gastos associados a estas tecnologias como proporção do PIB de cada país. Para o período 2003-2008, destacam-se: Malásia (11,9%), Coreia (9,2%), Cingapura (8,8%), Hong Kong (8%), China (7,3%) e Japão (6,8%). A média mundial é de 5,5% e os gastos nos EUA de 7,4%, na Alemanha de 5,8% e Brasil 5,7%. As demais economias latino-americanas de maior porte, bem como outras economias asiáticas têm indicadores abaixo ou próximos à média mundial. Ver: World Development Indicators on Line, World Bank (<http://data.worldbank.org> - acesso em 05/02/2012).

²⁰ Optou-se por evitar aqui uma exposição exaustiva dos dados. Os Relatórios Anuais do Banco Mundial (World Development Indicators, World Development Reports) e da ONU (UNDP Human Development Reports) mostram que os países asiáticos vêm apresentando, ao longo das últimas décadas, melhorias significativas em virtualmente todos os indicadores de desenvolvimento humano, em um ritmo superior ao conjunto dos países em desenvolvimento. Detalhes em World Bank (1993, 2008) e Chang (2006).

²¹ Os principais indicadores macroeconômicos sinalizam o fato de que as economias mais avançadas da região, como Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura tenderam a ter um desempenho mais favorável do que os países relativamente menos desenvolvidos, tais como aqueles que compõem a ASEAN. Estes, por sua vez, mantiveram um comportamento mais próximo ao dos países latino-americanos (Palma, 2007 e 2010).

Tabela 3 – Indicadores de Infraestrutura Tecnológica e Ambiente de Negócios em Economias Seleccionadas, 1985-2011

	Artigos publicados em periódicos científicos e técnicos*		Linhas Telefônicas Convencionais (por 100 habitantes)	Linhas Telefônicas Celular (por 100 habitantes)	Usuários de Internet (por 100 habitantes)	Doing Business Index**	Índice de Logística*** (1 = baixo; 5 = alto)
	1985-1989	2003-2007	2010	2010	2010	2011	2009
I. América Latina	5.808	20.683	18,1	98,2	34	nd	2,7
Argentina	1.413	3.117	24,7	141,8	36	113	3,1
Brasil	1.778	10.097	21,6	104,1	41	126	3,2
Chile	659	1.560	20,2	116,0	45	39	3,1
Colômbia	94	409	14,7	93,8	37	42	2,8
México	894	3.936	17,5	80,6	31	53	3,1
Peru	59	132	10,9	100,1	34	41	2,8
Venezuela	53	220	24,6	96,7	36	177	2,7
II. Ásia (países em desenvolvimento)	4.278	45.015	18,9	73,3	36	nd	2,7
China	3.606	42.320	22,0	64,2	34	91	3,5
Cingapura	395	3.513	39,1	143,9	70	1	4,1
Coreia do Sul	684	16.296	58,4	103,9	83	8	3,6
Filipinas	139	180	7,3	85,7	9	136	3,1
Hong Kong	423	nd	61,5	189,8	69	2	3,9
Índia	9.438	15.080	3,0	64,2	8	132	3,1
Indonésia	71	191	15,8	91,7	9	129	2,8
Malásia	207	642	16,1	121,3	55	18	3,4
Tailândia	255	1.339	10,1	100,8	21	17	3,3
III. Economias Avançadas (OCDE - alta renda)	386.765	573.694	45,1	105,8	77	nd	3,7
Alemanha	27.875	43.674	55,8	128,0	82	19	4,1
EUA	170.702	204.593	48,9	90,2	79	4	3,9
Japão	32.700	55.323	31,7	94,7	79	20	4,0

Fonte: Elaboração própria com base no World Development Indicators on Line, World Bank (<http://data.worldbank.org> - acesso em 05/02/2012).

(*) Artigos publicados em áreas da biologia, química, física, matemática e áreas correlatas.

(**) Em um total de 183 países, o primeiro classificado (1) apresenta o melhor ambiente de negócios; e o último (183), o pior.

(***) Índice de percepção da eficiência logística, tanto no que se refere aos procedimentos administrativos, infraestrutura e custos.

A avaliação da experiência asiática nos conduz à percepção de que não existe um único modelo de industrialização bem-sucedida. Se a orientação exportadora, os investimentos em qualificação do capital humano e a intervenção do Estado são pontos em comum, o contexto histórico e os objetivos industriais – e, com isso, os instrumentos utilizados – foram distintos. Os diferentes objetivos de cada país, especialmente no que se refere ao aprofundamento da industrialização, teriam implicado em posições distintas frente ao investimento direto externo (IDE). Cingapura, por exemplo, seria mais liberal neste aspecto, tendo montado seu *drive* exportador com base nas empresas transnacionais. Isto teria implicado em um menor esforço tecnológico local. Já Coreia e Taiwan teriam tido o comportamento inverso. Incentivaram o desenvolvimento tecnológico local, a cargo de empresas nacionais – grandes conglomerados na Coreia, pequenas e médias empresas e estatais em Taiwan.

Isto restringiu a participação das empresas transnacionais. A experiência de Hong Kong seria mais próxima ao comportamento imaginado pelo paradigma neoclássico, com uma menor seletividade nas políticas, posto que o aprofundamento na industrialização não se mostrou fundamental em sua dinâmica de modernização. Já países como Malásia e Tailândia, com maior ênfase, e Filipinas e Indonésia (Jomo, 2001 e 2005) se utilizaram de estratégias mais próximas às verificadas em outras economias retardatárias, particularmente na América Latina e Leste Europeu, estruturando sua base produtiva industrial com forte presença de IDE. A China, por sua vez, procurou aportar capital e tecnologia forâneos mediante a estratégia do estabelecimento parcerias com empresas locais, de modo a fortalecer suas capacidades. Após três décadas de crescimento acelerado, o país está tentando avançar no esforço de geração de esforço inovativo endógeno em meio a um processo de intensa internacionalização de suas empresas.

Parece razoável assumir que o sucesso chinês recente reflete a dinâmica regional asiática de expansão. Desde o final dos anos 1970, o país vem experimentando um processo intenso de modernização de sua economia, integração aos fluxos internacionais de comércio e investimentos, o que está gerando uma profunda transformação de sua própria realidade sócio-econômica, bem como da ordem econômica e política internacional. Nos últimos anos, não obstante a crise financeira internacional, as resoluções do Governo chinês para a reforma e a abertura permanecem inalteradas e em andamento.

Com um crescimento médio de sua renda de 10% ao ano, entre 1979 e 2010, a economia chinesa tornou-se a segunda maior do mundo. Os dados mais recentes do FMI²², que se referem ao ano de 2010, apontam que com uma população de 1.341 milhões de habitantes, a renda *per capita* chinesa ainda é relativamente modesta: US\$ 4.382 em dólares correntes, ocupando a 93ª posição no *ranking* do FMI de 179 países com dados disponíveis; ou de 7.519 *per capita*, em dólares internacionais (paridade poder de compra), o que significava a 94ª posição. Para se colocar em perspectiva, em termos de valores correntes o PIB *per capita* da China equivalia a 9,3% do PIB *per capita* dos EUA, ao passo em

²² World Economic Outlook Database, April 2011
(<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/01/weodata/index.aspx>).

que paridade poder de compra tal proporção era de 15,9%. Em termos de IDH (índice de desenvolvimento humano)²³, a China apresenta um nível médio de desenvolvimento, aparecendo na 89ª posição entre os 169 países.

Em 2010, a China consolidou a posição de líder global nas exportações de mercadorias, sendo a segunda maior importadora do mundo²⁴. Entre 1980 e 2010 suas exportações cresceram, em média, 16% ao ano, ao passo que as exportações mundiais avançaram em 7% ao ano. Por conta disso, a participação chinesa no total mundial passou de pouco mais de 1% no começo dos anos 1980 – um patamar equivalente ao brasileiro – para mais de 10% em 2010. Comparações internacionais sobre as condições de competitividade das economias sugerem que a China ainda não ocupada uma posição de destaque, a despeito dos importantes avanços recentes^{25, 26}.

Em seus últimos planos quinquenais, especialmente o 12º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico e Social (Casey and Koleski, 2011), que cobre o período 2011-2015, evidencia-se a preocupação dos estrategistas e lideranças chinesas em renovar seu modelo de desenvolvimento. Maior ênfase no mercado interno e, portanto, à necessária redistribuição da renda e redução da propensão a poupar das famílias por meio de aumentos nos investimentos públicos na rede de proteção social, e na sustentabilidade ambiental e energética são vetores essenciais do futuro em gestão. Ademais, para além de “fábrica do mundo”, a China ambiciona ser fonte de inovações tecnológicas e geração de novos padrões de produção em consumo. Assim, o desafio colocado é o de transitar da etapa “Made in China” para a fase “Designed and Made in China” (Casey and Koleski, 2011; Nolan, 2011; Wong, 2011). Nos dois casos, a internacionalização de sua economia parece ser imprescindível.

²³ Ver: <http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/CHN.html> (acesso em maio de 2011). Em 2010 seu IDH era de 0,663. Em 1980 era de 0,368.

²⁴ A China exportou US\$ 1.578 bilhões ou 10,4% do total mundial; os EUA exportaram US\$ 1.278 (8,4%); a Alemanha exportou US\$ 1.269 (8,3%); e o Japão exportou US\$ 770 bilhões (5,1%). Do ponto de vista das importações estes países importaram, respectivamente: US\$ 1.395 bilhões (9,1% do total mundial); US\$ 1.968 bilhões (10,4%); US\$ 1.067 bilhões (6,9%); US\$ 693 bilhões (4,5%). Fonte: OMC.

²⁵ Ver o “The Global Competitiveness Report 2010–2011”: http://www3.weforum.org/docs/WEF_GlobalCompetitivenessReport_2010-11.pdf e <http://www.doingbusiness.org/rankings> (acesso em maio de 2011).

²⁶ Ver “Doing Business 2011”, do Banco Mundial: <http://www.doingbusiness.org/data/exploreeconomies/china> (acesso em maio de 2011).

Todavia, assim como nos planos anteriores, há uma potencial contradição entre o ritmo desejado de mudanças e a necessidade de geração de empregos e de expansão da renda. Estes últimos funcionam como estabilizadores sociais e legitimadores do *status quo* político. Assim, mesmo que a China migre para uma trajetória menos desequilibrada de desenvolvimento, não parece ser crível que isto se dê em um futuro próximo. Mais do mesmo é o que se pode esperar no curto prazo, vale dizer, utilização do *drive* exportador – em um mundo onde as economias maduras estão em crise e as periféricas tentam manter seu dinamismo – e de doses intensas de formação bruta de capital²⁷.

Portanto, a despeito do esforço para “crescer com base no mercado interno”, a China seguirá buscando avançar nos mercados internacionais, especialmente em regiões com maior potencial de absorção de seus produtos, como na América Latina e África. Conforme destacado pela Cepal (2011a, 2011b), a China é o *hub* regional de exportações. Por conta disto, o gigante asiático é deficitário no comércio com seus vizinhos mais desenvolvidos, especialmente Japão, Coreia do Sul e Taiwan, fornecedores de manufaturas intensivas em tecnologia, e em desenvolvimento, como os países da ASEAN, recentemente beneficiados pelo acordo de livre comércio, e que abastecem a China com recursos naturais – e, portanto, são concorrentes, em diversos segmentos, com as economias latino-americanas e africanas que se situam na mesma faixa de fornecimento, sem se beneficiar dos termos daquele acordo.

²⁷ Sobre os desequilíbrios chineses e a necessidade de criar empregos “a qualquer custo”, Zhang e Liu (2010) comentam que: “The lack of domestic consumption as well as heavy dependence on investments and net exports is a consequence of previous or existing economic and social policies. For example, the increase income disparity and lack of social security networks have depressed aggregate consumption propensity, thus impairing overall domestic demand. At the same time, the inefficient banking system, lower environmental standards and an immature capital market have made the cost of using capital unnaturally low, thus providing distorted investment incentives.” (p. 9). “Heavy investment and lack of consumption caused overcapacity in China’s production, particularly manufacturing production. In order to find markets for the overcapacity of Chinese industries, the Chinese government had to support enterprises to sell their products in international markets by keeping Chinese currency lower than its market value” (p.9). “The considerations of labour absorption are an important reason why China’s policy makers have hesitated to reduce the dependence on investments and exports, as well as to tackle environmental degradation.” (p. 11)

3. Indústria e Comércio Internacional em um Mundo Sinocêntrico: especialização regressiva do Brasil?

A seção anterior trouxe evidências de que as economias periféricas mais bem-sucedidas em termos de crescimento e modernização econômica sustentaram suas trajetórias a partir de elevados volumes de investimento e a manutenção de estruturas produtivas diversificadas, refletidas na crescente sofisticação tecnológica de sua produção e exportações. A partir dos anos 1930, e com mais intensidade entre os anos 1950 e 1980, o Brasil também experimentou um processo intenso de transformações estruturais centradas no binômio urbanização e industrialização. Durante aquele período, tratava-se de superar o modelo primário-exportador, cujas vulnerabilidades intrínsecas se tornaram por demais evidentes nos anos do entre guerras. A especialização na produção e exportação de produtos com baixas elasticidades preço e renda, e importação de manufaturas com elevada elasticidade renda, conduzia a problemas estruturais de balanço de pagamentos. Tais economias se caracterizavam pela dualidade entre os setores modernos, vinculados aos complexos exportadores, mas dependentes da demanda internacional, e tradicionais, com baixos níveis de produtividade e vinculados à demanda doméstica.

No Brasil, assim como em outras nações periféricas, particularmente aquelas caracterizadas por grandes populações e áreas, esta etapa se caracterizava, dentre outras coisas, pela baixa absorção dos excedentes de mão de obra, bases fiscais frágeis e dependentes do comércio internacional, e precária infraestrutura física (estradas, portos, produção e distribuição de energia, comunicações etc.) e social (educação, saúde etc.). A concentração de renda, riqueza e poder político nas classes sociais detentoras da propriedade dos recursos naturais (minas, fazendas etc.) tendia a se refletir nas instituições políticas e sociais, incapazes de produzir, espontaneamente, trajetórias robustas de crescimento.

No auge de seu processo de modernização, em 1980, o Brasil tinha o maior setor manufatureiro entre os países em desenvolvimento, figurando na oitava posição global, com 2,6% do valor adicionado internacionalmente. Naquele ano a China estava na décima segunda posição, com 1,7% e a Coreia do Sul na vigésima sétima posição, com 0,6% da produção mundial de produtos

manufaturados. Em 2010, o Brasil aparecia em décimo primeiro lugar, atrás da China, Coréia do Sul, Índia e México²⁸. Entretanto, apesar de seu declínio relativo, o Brasil ainda contribui com 1,7% da produção global. Neste contexto, autores como Palma (2007 e 2011) e Bresser-Pereira (2010) sugerem que as economias latino-americanas sofrem com uma dinâmica de desindustrialização precoce, visível quando se controla esta tendência para os níveis de renda *per capita*. O excesso de dependência dos setores intensivos em recursos naturais e a ausência de políticas desenvolvimentistas, em claro contraste com a experiência asiática, são apontados como explicações plausíveis para o desempenho medíocre dos países da região.

Tal percepção é reforçada pela literatura que estuda os impactos da especialização na produção e exportação de recursos naturais sobre o desempenho de longo prazo das economias²⁹. Sachs e Warner (1995 e 1997) constataam haver uma relação negativa entre crescimento no longo prazo e a participação das exportações intensivas em recursos naturais como proporção da renda. Estes influentes trabalhos reforçaram o debate em torno da existência ou não de uma “maldição dos recursos naturais”³⁰. O pessimismo associado a este tipo de abordagem explicita-se na assim-chamada “doença holandesa”, que seria a manifestação do efeito perverso da valorização da moeda nacional diante do *boom* de influxo de divisas originado na exportação de *commodities*³¹. Neste

²⁸ Ver: United Nations Statistics Division - National Accounts; Palma (2007, 2011).

²⁹ Para uma revisão não exaustiva ver, dentre outros, Sinnot, Nash e De La Torre (2010), Prebisch (1984), Reinert (2007), Rodrik (2006 e 2010), Palma (2007 e 2011).

³⁰ A literatura empírica posterior tem apontado para deficiências metodológicas e eventuais problemas de endogenidade nos exercícios econométricos. Vale dizer, há dificuldades de precisar em que medida os países não conseguem crescer porque dependem excessivamente dos recursos naturais ou o contrário, se esta dependência se originaria do baixo crescimento. A existência de países desenvolvidos com este tipo de especialização evidenciaria a possibilidade de que a abundância de recursos naturais não seria, necessariamente, um determinante do baixo crescimento. Assim, para parte da literatura, seriam as instituições, e não a natureza, que determinariam as trajetórias de desenvolvimento (World Bank, 2008, Sinnot, Nash e De La Torre, 2010, Ledernan e Maloney, 2010).

³¹ O Secretário Geral da Unctad, Supachai Panitchpakdi, considera que o forte influxo de capitais pode provocar efeitos semelhantes ao da doença holandesa: “Today’s experience of capital flows and currency misalignment has much in common with the “Dutch disease” experience of some commodity exporting countries in the past.” (Statements by Supachai Panitchpakdi, Secretary-General of UNCTAD, International Monetary and Financial Committee of the IMF, Washington DC, 16 April 2011 - <http://www.unctad.org/Templates/webflyer.asp?docid=14856&intItemID=3549&lang=1>, acesso em maio de 2011).

contexto, a alteração de preços relativos entre bens comercializáveis e não comercializáveis tende a desestimular a diversificação da estrutura produtiva e de comércio exterior³².

Ademais, a velha literatura desenvolvimentista e seus herdeiros contemporâneos³³ apontavam para os limites dos setores intensivos em recursos naturais de multiplicar renda, emprego e impostos por meio do nucleamento de cadeias produtivas mais complexas e intensivas em tecnologia. Assumindo-se válida a hipótese Prebisch-Singer de tendência secular à queda nos termos de intercâmbio, os países exportadores de recursos naturais se defrontariam, recorrentemente com choques negativos nos termos de intercâmbio (a relação entre preços das exportações e das importações) e, com isso, dificuldades estruturais no balanço de pagamentos. Ademais, menor elasticidade-renda dos produtos primários *vis-à-vis* as manufaturas limitaria a expansão relativa dos mercados de *commodities*. A baixa elasticidade na oferta e na demanda destes bens se transmitiria para os preços, potencialmente mais voláteis, comprometendo a gestão macroeconômica de países cuja renda em geral, e as rendas do setor público, em particular, são fortemente dependentes de pouco setores. *Rent-seeking*, corrupção e graves problemas de concentração de renda, regimes políticos não democráticos, guerras, instabilidade política e instituições de baixa qualidade seriam recorrências em países altamente dependentes da produção e exportação de *commodities* (DE LA TORRE, 2010).

O caráter não-renovável de certas *commodities*, especialmente petróleo e minerais pode gerar processos de sobre-exploração dos recursos existentes e externalidades negativas como poluição, exaustão de outros recursos associados (água, ar, solo etc.). Além dos desincentivos gerados pela “doença holandesa”, o caráter de enclave físico de sua produção, bem como o fato dos investimentos iniciais para sua obtenção serem muito elevados e de longo retorno de maturação, podem induzir a conflitos de propriedade, redução de investimentos em outros setores da economia, concentração da infraestrutura física e legal

³² Este seria um grave problema na medida em que, tanto para os velhos desenvolvimentistas, quanto para parte da moderna literatura de crescimento haveria uma correlação forte entre a aceleração do crescimento e a existência de estruturas produtivas diversificadas e com elevada participação da indústria de transformação. Ver Rodrik (2006 e 2010)

³³Ver: Furtado (2003), Prebisch (1984), Krugman (1993), Rodrik (2006 e 2010) e Reinert (2007).

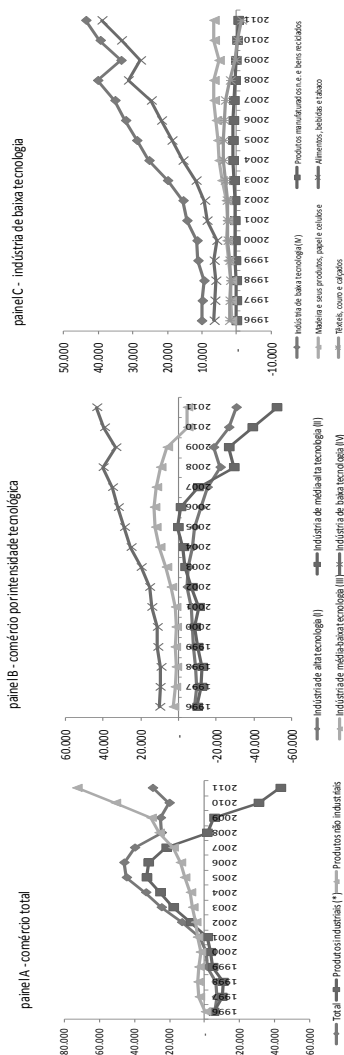
para dar sustentação exclusiva tais atividades etc. A excessiva concentração de investimentos nos setores produtores de *commodities* poderia implicar, também, na redução nos investimentos em recursos humanos e em setores capital-intensivos reduzindo, no longo prazo, o estoque geral de capital das economias.

É partir destas constatações e da literatura e evidências destacadas na seção 2 é que se analisa o desempenho recente da economia brasileira. A recuperação recente de dinamismo ocorreu no contexto onde a ascensão chinesa estimulou a demanda por recursos naturais e, com isso, contribuiu para um ciclo benéfico nos termos de intercâmbio. Economias com abundância de recursos naturais experimentaram a aceleração do crescimento e melhoria nas condições macroeconômicas – especialmente no que se refere à solvência externa e fiscal – e sociais. O Brasil enquadra-se neste caso. Todavia, este desempenho relativamente melhor não reverteu o quadro negativo herdado por um quarto de século de baixo crescimento. Em especial, e fazendo eco à literatura previamente discutida, a indústria de transformação segue crescendo pouco, o investimento agregado e a produtividade da economia brasileira seguem em níveis comparativamente baixos. E, mais importante, neste momento de tímida retomada eclodiu a crise financeira global que, dentre outros desafios, tem produzido um ambiente de maior concorrência nos mercados de manufaturas. Aparentemente a China lidera este processo de ocupação de todos os espaços possíveis, dada a necessidade manter ativo o seu complexo exportador responsável pela geração de mais de 120 milhões de empregos (ZAHNG; LIU, 2010, p. 11).

Neste contexto, cabe observar o comportamento do comércio e da produção na economia brasileira. Em uma primeira aproximação, o gráfico 3 fornece o saldo do comércio internacional de mercadorias do Brasil no período 1996-2011. Foi surpreendente a superação dos déficits herdados do período de estabilização monetária, particularmente a partir de 2002, quando a demanda mundial foi intensa e os exportadores se beneficiaram com taxas de câmbio favoráveis. Desde então, o país vem produzindo superávits comerciais médios de US\$ 30 bilhões ao ano. Todavia, conforme se pode verificar no painel A, a indústria de transformação perdeu a capacidade de gerar saldos positivos. Pelo contrário, desde 2008 os déficits se avolumam. O ambiente externo pós-crise, de menor crescimento e maior concorrência, especialmente da produção chinesa e

asiática, associado à expansão da demanda doméstica e a valorização da moeda nacional, têm induzido aumento nos coeficientes de importação e queda dos coeficientes de exportação da indústria (CUNHA; LÉLIS; FLIGENSPAN, 2011).

Gráfico 3 - Saldo da Balança Comercial do Brasil, 1996-2011 (US\$ milhões)

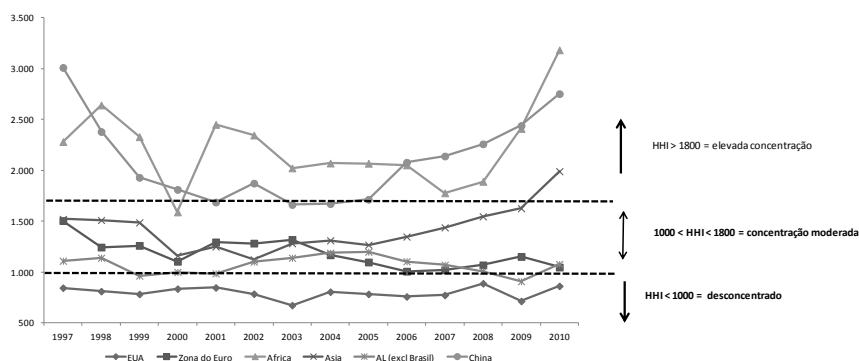


Fonte: elaboração própria com base nos dados do MDIC (www.mdic.gov.br). Classificação setorial da OCDE.

Observando-se os setores de acordo com a intensidade tecnológica, constata-se que, à exceção da indústria de baixa tecnologia, todos os demais foram fortemente deficitários no período recente (gráfico 2, painel C). E, dentre os setores classificados como de baixa tecnologia, somente a exportação de alimentos, bebidas e tabaco, principalmente, e de madeira, produtos de madeira, papel e celulose, em um segundo plano, são superavitários. Segmentos intensivos em mão de obra e que tradicionalmente apresentavam superávits comerciais, como têxtil, couro e calçados tornaram-se deficitários.

O gráfico 4 reforça a percepção de que há um processo de especialização e concentração da pauta exportadora. O indicador HH³⁴ mostra elevada e crescente concentração da pauta para África, Ásia e China, concentração moderada para as exportações destinadas à Europa e América Latina, e baixa concentração apenas com relação aos EUA.

Gráfico 4 – Concentração das Exportações Brasileiras, 1995-2010 (Herfindhal-Hirschman)



Fonte dos dados primários: Global Trade Information Services (GTIS).

³⁴ O índice de concentração setorial das exportações (Herfindahl-Hirschman, HHI), obedece à seguinte definição:

$$HHI_j = \sum_{k=1}^n \left(\frac{x_{j,k}}{X_{j,w}} \times 100 \right)^2$$

Onde: $X_{j,k}$ = Exportações do setor “k” realizadas pelo país “j”; $X_{j,w}$ = Exportações totais originadas no país “j”.

Esse indicador apresenta uma escala onde um resultado menor do que 1000 indica baixa concentração, um HHI entre 1000 e 1800 caracteriza concentração moderada e, por fim, um valor de HHI superior a 1800 indica uma situação onde a pauta exportadora está concentrada em poucos setores.

Cabe notar que a China experimenta, reproduzindo, em alguma medida, o padrão bem-sucedido dos seus vizinhos mais desenvolvidos, uma dinâmica de aprofundamento e diversificação das suas estruturas produtivas e de comércio internacional. Entre 1995 e 2010, a potência em ascensão logrou diversificar seus mercados de destino³⁵ e pauta de produtos³⁶ que, ademais, revelam crescente sofisticação tecnológica. Setores que produzem e exportam produtos mais sofisticados, intensivos em escala e tecnologia, avançaram de 29% para 62% do total exportado³⁷. Vale lembrar que neste período as exportações chinesas cresceram dez vezes em valor, passando de US\$ 151 bilhões para US\$ 1.578 bilhões.

Considerando a relevância do comércio intra-regional para o Brasil e as evidências da literatura internacional (Greenway, Mahabir, Milner, 2008, Giovannetti e Sanfilippo, 2009, Wood e Mayer, 2010) é importante ponderar se a China vem substituindo o Brasil no mercado latino-americano de produtos manufaturados. De acordo Lélis, Cunha e Santos (2012) a resposta provável é que sim. Eles perceberam que entre 1994 e 2008, particularmente no período pós-2003, as exportações tanto chinesas quanto brasileiras de manufaturas para a região tiveram grande crescimento. A recuperação econômica latino-americana pós-2002 abriu espaço para tal expansão. Entretanto, as exportações chinesas cresceram 40 vezes mais que as do Brasil. Naturalmente, as exportações chinesas eram muito inferiores às brasileiras alguns anos atrás; agora, isso não é mais verdade. Desde 2007, a exportação de produtos manufaturados chineses vem crescendo mais rápido que a exportação de produtos manufaturados brasileiros. Lélis, Cunha e Santos (2012) mostraram que as exportações chinesas para a América Latina são menos concentradas que

³⁵ Tome-se como referência o índice de razão de concentração (CR), caracterizando qual a parcela que as “n” regiões tem no total exportado pela economia chinesa. Em 1995, os 15 principais parceiros da China, excluindo Hong Kong, absorviam 60,6% de suas exportações. Em 2010, representavam 56,7%. (cálculos próprios com base nos dados brutos do Global Trade Information Services).

³⁶ O índice de concentração HH chinês revela baixa concentração (ou alta desconcentração) da pauta chinesa em todos os mercados de destino. Todavia, o período pós-2008 marca um movimento de leve concentração nos mercados maduros e de desconcentração nas demais regiões. Ainda assim, constata-se que o HH é menor do que 1000, em 2010, para todas as regiões (cálculos próprios com base nos dados brutos do Global Trade Information Services).

³⁷ Cálculos próprios com base nos dados brutos do Global Trade Information Services.

as exportações brasileiras para a região³⁸, enquanto as exportações chinesas corresponderam às importações da América Latina mais que as exportações brasileiras. Em 1996, o índice de comércio complementar³⁹ das exportações chinesas para a América Latina (excluindo o Brasil) era de 47,6, enquanto que em 2008 cresceu para 58,9. No mesmo período, o índice de comércio complementar das exportações brasileiras foi, respectivamente, 56,9 e 50,8. Para os autores as exportações chinesas vêm substituindo as brasileiras na região, devido ao seu efeito-volume e à sua diversificação.

A despeito de suas singularidades, a experiência brasileira faz eco à já volumosa literatura que procura avaliar os impactos da ascensão chinesa na América Latina. Lederman, Olarreaga e Perry (2008), Jenkins (2010), Cepal (2011a, 2011b), Phillips (2011), Leão, Pinto e Acioly (2011), Jenkins e Barbosa (2012), dentre outros, oferecem uma revisão atualizada dos argumentos, onde se percebe uma clara clivagem entre otimistas e pessimistas. No primeiro campo, identifica-se na demanda chinesa por recursos naturais uma fonte de dinamismo para as economias da região, e nas importações de produtos finais e equipamentos o potencial para aumento no bem-estar e na competitividade dos produtores locais. Ademais, o estabelecimento de parcerias com empresas chinesas e o investimento direto originado no gigante asiático contribuiriam, respectivamente, para que empresas latino-americanas possam ampliar sua internacionalização como partes constituintes de redes globais de produção, e para o financiamento do balanço de pagamentos e de obras de infraestrutura. No outro campo, mesmo admitindo o potencial benefício da demanda chinesa, os pessimistas enfatizam os riscos associados à excessiva especialização na produção e exportações de produtos intensivos em recursos naturais, em meio a um processo de renovado ímpeto desindustrializante, particularmente nas

³⁸ Índice de concentração de exportações (Herfindhal-Hirschman) de exportações brasileiras flutuou em torno de 1000, entre 1996 e 2008, e alcançou 1007 em 2008, enquanto que o mesmo índice para as exportações chinesas evoluiu de 895 em 1996 para 685 em 2008 (Lélis, Cunha e Santos, 2012).

³⁹ $TC_{ij} = 100 - \sum (|mik - x_{ij}| / 2)$, onde: (i) x_{ij} é a participação do bem “i” no total de exportações do país “j”; e (ii) “mik” é a participação do bem “i” no total de importações do país k. Quando o índice é zero, nenhum bem é exportado pelo país ou importado pelo outro. Quando o índice é 100, as quantidades importadas e exportadas correspondem (Hoekman, Mattoo and English, 2002, Appendix B). HOEKMAN, B. M.; MATTOO, A. e ENGLISH, P. Development, Trade, and the WTO: A Handbook Washington DC: The World Bank, 2002.

economias mais diversificadas. Assumindo-se que há efeitos distintos entre economias ricas e exportadoras de recursos naturais, especialmente na América do Sul, e economias mais vinculadas ao mercado estadunidense e exportadoras de manufaturas intensivas em trabalho, como México e América Central e Caribe, verifica-se que o deslocamento das exportações de manufaturas, o desvio de IED da região para a China e o retorno a uma situação dependente e reflexa, remeteriam a um quadro de especialização regressiva, equivalente àquele criticado pela economia política cepalina (Prebisch, 1984, Furtado, 2003)⁴⁰.

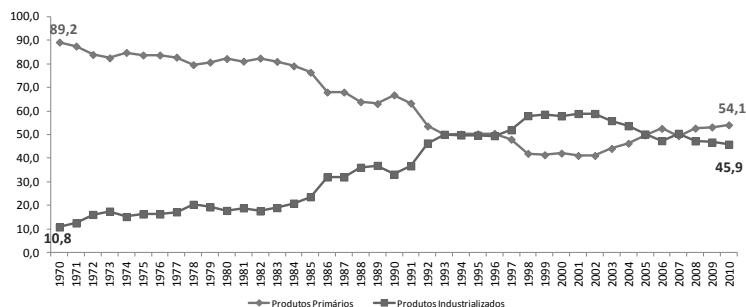
Nestes marcos, a situação brasileira sugere a ocorrência dos dois efeitos, vale dizer, o estímulo aos setores que se beneficiam da demanda chinesa por recursos naturais e a pressão competitiva na indústria, conforme ilustrado anteriormente (ver gráfico 3). Enquanto a indústria de transformação teve um incremento em seu déficit externo entre 2008 e 2011, o setor primário obteve superávits expressivos. Mesmo que as evidências apresentadas nesta sessão não permitam afirmar que tal comportamento se deve aos laços comerciais entre Brasil e China, não se pode desconsiderar esta possibilidade. A literatura internacional tem apontado para evidências neste sentido, onde a concorrência com as exportações chinesas deslocam seus rivais dos principais mercados e agravam a perda de dinamismo na produção industrial (GREENWAY; MAHABIR; MILNER, 2008; GIOVANNETTI; SANFILIPPO, 2009; WOOD; MAYER, 2010; JENKINS; BARBOSA, 2012; LÉLIS; CUNHA; SANTOS, 2012).

Do ponto de vista do comércio internacional, enquanto a China passou de uma participação equivalente à brasileira nas exportações de mercadorias no começo dos anos 1980, em cerca de 1,5% do total mundial, para mais de 10% depois de 2010, o Brasil recuou para menos de 1% nos anos 1990, retomando aquele patamar somente no final da primeira década do século XXI. Em uma perspectiva mais ampla, a participação da América Latina tem oscilado ao redor de 7% nas últimas quatro décadas, período de forte ascensão asiática (ver seção 2). Tal quadro agrava-se na em que a pauta exportadora voltou a se concentrar em produtos primários, para o conjunto da região. Em 2010, 54%

⁴⁰ Para uma atualização dos conceitos e sua aplicação ao caso brasileiro ver, dentre outros, Coutinho (1997) e Jayme Jr. e Rezende (2009).

das exportações regionais eram de produtos primários, conforme pode ser observado no gráfico 5.

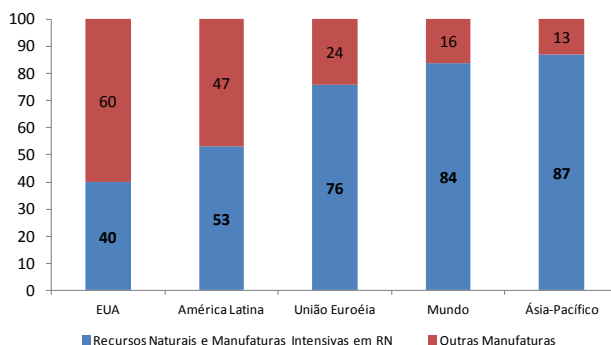
Gráfico 5 – Estrutura das Exportações da América Latina, 1970-2010 (%)



Fonte: ECLAC's Statistical Yearbook 2011.

O comércio com os países do Leste Asiático é particularmente intensivo nas exportações de recursos naturais (gráfico 6). Países como o Brasil e México têm tido nos mercados regionais, nos EUA e em países de renda média, os principais destinos para suas exportações de manufaturas. É exatamente nestes mercados que a concorrência chinesa tem se intensificado, particularmente no período pós-crise financeira global (Cunha *et al.*, 2011; Lélis, Cunha e Santos, 2012).

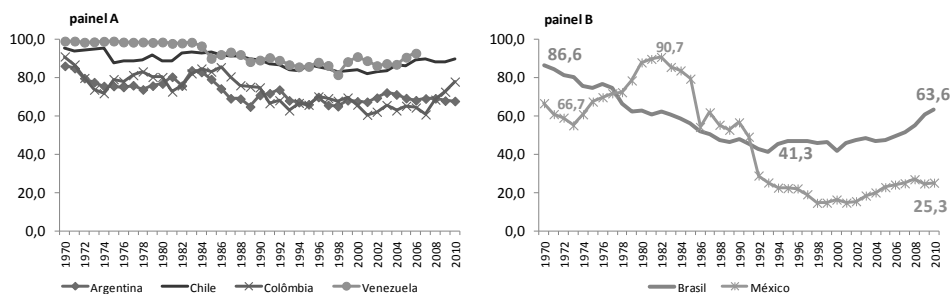
Gráfico 6 – Estrutura de Exportações da América Latina por Destinos Principais, 2008-2010 (média, %)



Fonte: Cepal (2011b)

É bem verdade que este quadro mais geral precisa ser matizado, na medida em que várias economias da região são estruturalmente dependentes da produção e exportação de *commodities*, casos de Argentina, Chile, Colômbia e Venezuela, dentre outros (gráfico 7, painel A). Já México e Brasil (gráfico 7, painel B), que conseguiram, ao longo de seu esforço industrializante, diversificar suas estruturas de produção e exportação, experimentaram no ciclo recente de alta dos preços das *commodities*, em parte devido à demanda chinesa, uma tendência de aumento na participação relativa dos produtos intensivos em recursos naturais. Segundo a Cepal (2011a, 2011b), nos dois conjuntos de economias, verifica-se por força da maior vinculação comercial com a China e em função dos impactos da ascensão desta sobre a economia mundial, uma especialização em poucos produtos, usualmente recursos naturais não processados (tabela 4).

Gráfico 7 – Exportações de Produtos Primários em Economias Seleccionadas, 1970-2010 (% no total exportado)



Fonte: CEPAL - ECLAC's Statistical Yearbook 2011.

Assim, a tabela 4 reforça a percepção da deterioração na qualidade do comércio bilateral, onde a China passa a comprar produtos com o menor grau de processamento possível e a exportar manufaturas cada vez mais sofisticadas, reproduzindo o quadro clássico de comércio Norte-Sul criticado por Prebisch (1984) e Furtado (2003).

Tabela 4 – Estrutura do Comércio Bilateral entre América Latina (excl. México) e China, 1990-2008 (%)

	Exportações		Importações	
	1990	2008	1990	2008
Produtos Primários	29,2	72,1	42,8	2,4
Produtos Manufaturados Intensivos em Recursos Naturais e Trabalho	17,5	6,8	25,2	22,9
Outros Manufaturados	53,3	21,0	31,9	74,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Cepal - Panorama de la inserción internacional de la América Latina y el Caribe 2008-2009.

Por fim, os vínculos comerciais mais estreitos têm produzido um novo fenômeno para o Brasil e outras economias latino-americanas: seus ciclos de negócios estão cada vez mais atrelados ao ciclo chinês. Cunha *et al.* (2011) mostram que os ciclos do Brasil estão cada vez mais correlacionados com a China e Argentina, e menos correlacionados com os Estados Unidos. Essa sincronização pode ser explicada pelo comércio e está associada com um padrão de negócios em que o Brasil tende a especializar-se na produção e exportação de recursos naturais. Calderón (2008)⁴¹ encontrou resultados semelhantes ao estudar a convergência cíclica entre os países da América Latina, Índia e China. Por sua vez, Cesa-Bianchi *et al.* (2011) mostraram que devido aos canais de comércio o impacto de longo prazo de um choque do PIB chinês sobre as economias latino-americanas triplicou desde meados da década de 1990, enquanto que os impactos de longo prazo de um choque do PIB americano diminuiram pela metade. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) também considera que o ritmo de ajuste da economia chinesa trará impactos não desprezíveis para a América Latina. Ao transitar de níveis agregados de investimento da ordem de 46% a 48% do PIB para um padrão entre 30% e 35% do PIB, o rebalanceamento do padrão chinês de crescimento afetará os preços das *commodities* e, com isso, o desempenho de países produtores e exportadores de recursos naturais (IADB, 2012). O BID simula vários cenários, nos quais o ritmo de desaceleração do crescimento chinês produz efeitos contracionistas na região, com distintos níveis de profundidade⁴².

⁴¹ Op. cit.

⁴² Em síntese: “A second risk to global economic prospects is growth in the Chinese economy. For many years, rapid credit growth has fueled China’s high investment rate, which will surely decline over the

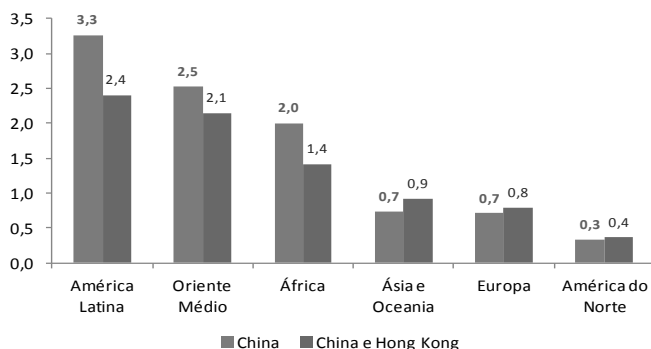
Por fim, há que se considerar que o crescimento chinês entrou em uma nova etapa: depois de se tornar um dos principais destinos de investimento direto estrangeiro nos anos 1990 e 2000, a China tem se convertido em importante exportador de capital na forma de IDE, particularmente depois de 2005. Setores de energia e de recursos naturais diversos têm sido priorizados, bem como países que se caracterizam pela abundância relativa daqueles produtos e que estão localizados na Ásia, África, América Latina e Oriente Médio.

A partir dos dados de fontes oficiais e de pesquisadores independentes (Salidjanova, 2011, Cepal, 2011a, 2011b), é possível assumir que o volume acumulado de inversões no exterior originadas na China excedam os US\$ 200 bilhões entre 2005 e 2010. Enquanto o volume global de IDE perdeu dinamismo depois de 2008, os investimentos chineses aceleraram, sinalizando para o fato de que a crise financeira global abriu a perspectiva da aquisição de ativos estratégicos. Para avaliar o tipo de direcionamento geográfico dos investimentos chineses, o gráfico 8 reporta o índice de intensidade regional (IIR),⁴³ calculado em analogia aos tradicionais indicadores de intensidade de comércio. Um índice maior do que 1 indica que aquela região recebe investimentos com maior intensidade relativa, vale dizer, é mais importante para a economia chinesa do que para o conjunto das economias do mundo. Por esse indicador, o investimento chinês é entre duas e três vezes mais intenso na América Latina, África e Oriente Médio, do que o verificado no conjunto das economias do mundo. Foram calculados indicadores considerando dois agregados: China e China mais Hong Kong.

medium term; the question is whether this will be with growth falling mildly or a swifter deceleration. Given China's increased importance in global trade, a faster deceleration in China would affect world growth, thereby impacting Latin America and the Caribbean. Moreover, given the high commodity intensity of the economy, Chinese growth is important for maintaining relatively high commodity prices." (IADB, 2012, p. 7).

⁴³ IIR = R_{ij}/R_{iw} . Onde: R_{ij} representa a participação da região "i" no total dos investimentos originados no "país j"; R_{iw} é a participação da mesma região nos investimentos mundiais.

Gráfico 8 - Índice de Intensidade Regional dos Investimentos Chineses, 2005-2011*



Fonte dos dados brutos: FDI Markets. Nota: (*) até junho.

Para o caso da América Latina, a Cepal (2011a, 2011b) aponta para investimentos acumulados da ordem de US\$ 7,3 bilhões no período 1990-2000, de US\$ 15,2 bilhões em 2010 e de US\$ 22,7 bilhões para o período pós-2011. Tão importante quanto o montante envolvido é perceber sua dinâmica expansiva. Após a crise de 2008 a China busca transformar seu poderio financeiro estatal e corporativo em termos da aquisição de ativos estratégicos, especialmente se provedores de acesso futuro ao suprimento de recursos naturais ou de mercados.

4. Considerações Finais

Este texto partiu de uma breve revisão da discussão sobre os determinantes dos diferentes desempenhos das economias periféricas ao longo das últimas décadas, período em que os países asiáticos, em sucessivas ondas, ampliaram sua participação nos circuitos mercantis mais dinâmicos da economia globalizada. Ao mesmo tempo, os principais países latino-americanos, em que pese a recente melhoria de performance, apresentaram uma perda de participação no produto, na produção industrial e no comércio internacional. A crise da dívida externa, nos anos 1980, colocou em xeque o modelo de desenvolvimento liderado pelo Estado, o que conduziu a uma reversão de paradigma rumo ao ajuste liberalizante dos anos 1990 e 2000. Neste período, o avanço da fronteira tecno-produtiva e a consequente demanda por insumos tecnológicos, humanos e institucionais mais sofisticados, tornou ainda mais

difícil o esforço dos países latino-americanos em reverter o quadro de baixo crescimento dos investimentos, produtividade e renda.

A aceleração do crescimento e a melhoria nas condições macroeconômicas só vieram depois de 2003, em grande medida como resposta ao aumento na demanda e, assim, nos preços das *commodities*, beneficiando os países produtores e exportadores de recursos naturais. Tal dinâmica tem sido determinada, dentre outras coisas, pelo forte crescimento das economias emergentes, especialmente a China. Em uma geração, cerca de 1/3 da humanidade foi incorporada nos processos globais de produção e comércio. Centenas de milhões de camponeses asiáticos migraram do campo para as cidades, em um maciço, profundo e veloz processo de urbanização e industrialização⁴⁴. O impacto sobre os preços internacionais de matérias primas se fez sentir no ciclo de alta pós-2002, ao passo que as manufaturas e serviços provenientes da China, Índia e seus vizinhos contribuiu para manter estáveis ou em queda os seus preços. Por decorrência, países exportadores de recursos naturais e importadores de produtos industrializados experimentaram um choque favorável nos termos de intercâmbio, com reflexos positivos sobre as contas externas e, em alguns casos, sobre as contas públicas (IADB, 2012, Cepal, 2011a, 2011b).

Neste contexto, a literatura sobre os impactos da ascensão chinesa tem enfatizado que o incremento na demanda por recursos naturais garantiria uma dinâmica de *export-led growth* nas regiões periféricas onde aqueles são abundantes. Ademais, a China foi se constituindo em importante fonte de capitais, por meio dos investimentos de suas empresas, financiamento de bancos oficiais e outras formas de transferência de recursos. A elevada competitividade de suas manufaturas contribuiria para o aumento no bem-estar dos países importadores, quer dos consumidores ávidos por bens de consumo mais baratos, quer de empresas necessitando de bens de capital, insumos industriais e, potencialmente a participação em redes globais de produção centradas na China.

⁴⁴ Para se colocar em perspectiva, a China vem se urbanizando a um ritmo anual de 1% da população, o que hoje equivale a 13 milhões de pessoas, para se colocar em perspectiva, a duas cidades do Rio de Janeiro.

Em uma perspectiva menos otimista, outros estudos lembram que a especialização na produção e exportação de recursos naturais está usualmente associada a baixos níveis de crescimento no longo prazo, concentração de renda, riqueza e poder, instituições frágeis e pouco democráticas, corrupção, dentre outros problemas. Ademais, lembram que o fortalecimento da indústria de transformação está no centro explicativo dos processos de crescimento sustentados e indutores de transformações virtuosas nas estruturas produtivas e nas respectivas sociedades. Assim, a indústria seria portadora de propriedades potencializadoras da expansão na renda e na eficiência produtiva. Em contrapartida, a desindustrialização, especialmente quando ela ocorre precocemente, em países que ainda não atingiram níveis mais elevados de renda *per capita*, explicaria, em grande medida, a perda de dinamismo das economias de renda média da periferia capitalista, especialmente na América Latina.

As evidências aqui apresentadas sugerem que a ascensão chinesa, para o caso da América Latina em geral, e do Brasil em particular, introduz um vetor de risco e oportunidade que tende a ser viesado para a primeira dimensão. As oportunidades abertas pela produção e exportação de recursos naturais e atração de investimentos associados a estes complexos produtivos têm sido importantes na retomada. Todavia, não há, ainda, evidências suficientemente fortes de uma reversão estrutural na tendência de deterioração nos termos de intercâmbio, ou de menor volatilidade nos preços das *commodities*. Menos, ainda, de que as elasticidades preço e renda dos produtos intensivos em recursos naturais tenham se alterado, de modo a evitar os problemas apontados por Prebisch e Thirlwall (Jayme Jr e Rezende, 2009), vale dizer, da possibilidade de desequilíbrios estruturais no balanço de pagamentos na medida em que o crescimento da renda doméstica e internacional produz um aumento maior das importações (de manufaturas) do que nas exportações (de *commodities*). Da mesma forma, seguem sendo exceções os países que souberam evitar os problemas associados ao que se convencionou chamar de “maldição dos recursos naturais”.

Com canais de comércio cada vez mais intensos entre China e América Latina, os países da região tornaram-se mais sensíveis aos movimentos cíclicos daquela economia. A crise financeira global, ao provocar uma redução na expansão da renda nas economias maduras, induziu *policy makers* e empresas

chinesas a buscar diversificar, ainda mais, suas exportações. O impressionante crescimento da China nas últimas décadas tem se centrado nos investimentos e nas exportações. Apesar das intenções de reorientação do modelo, rumo a uma importância maior da demanda doméstica, este ajuste não se dará, de forma estável, em um prazo de tempo curto. A necessidade de manter empregos, crescimento em níveis relativamente altos e, por decorrência, um ambiente de estabilidade social e política, está no centro das preocupações das lideranças políticas chinesas. Estes elementos e as evidências apresentadas aqui e na literatura pertinente sugerem que, depois de 2008, a presença chinesa nos mercados latino-americanos e de outras regiões periféricas tem se intensificado, deslocando exportações brasileiras, especialmente de manufaturas, o que pode estar contribuindo para a perda de densidade na produção industrial brasileira.

Se, no plano político e estratégico, especialistas apontam para a possibilidade de que Brasil e China consolidem uma parceria Sul-Sul capaz de, no contexto de reordenamento do sistema internacional, fortalecer a posição das nações periféricas (Cervo, 2010, Altemani de Oliveira, 2010, Haibin, 2010, Visentini, 2011), no campo econômico, que não está isolado dos demais, nem, tampouco, deixará de afetar a política doméstica e externa de ambos os países, parece se cristalizar uma relação do tipo Norte-Sul. Na perspectiva brasileira, sem uma estratégia de desenvolvimento coerente e robusta será difícil evitar um processo de especialização regressiva e de sobre-exploração dos recursos naturais, com o potencial comprometimento dos principais ativos do país: sua biodiversidade e ampla oferta de recursos naturais, o tamanho do seu mercado interno como base de expansão da produção doméstica, e uma relativa estabilidade político-institucional. Mais grave, pode-se abortar a ainda incipiente recuperação econômica e social do país.

Seguindo o raciocínio de Castro (Castro e Castro, 2011), o Brasil precisa reinventar sua estratégia de desenvolvimento, avançando sobre as políticas contracíclicas adotadas depois de 2008. Para tanto, o Estado tem um papel decisivo, e suas políticas devem potencializar a dimensão positiva dos estímulos oriundos da nova ordem internacional e, na medida do possível, tentar neutralizar os riscos da sua vertente negativa. Neste sentido, seria importante (i) reorientar as políticas macroeconômicas para preservar o crescimento da renda e do emprego; (ii) controlar o câmbio e os fluxos de capitais para reduzir os impactos de turbulências externas; (iii) gerir com eficiência os recursos

provenientes das exportações de recursos naturais, particularmente com a nova condição do país como produtor de petróleo, de modo a minimizar os efeitos da “doença holandesa” e garantir o financiamento dos investimentos públicos; (iv) melhorar a distribuição de renda, investir em capital humano e reduzir as diferenças sociais; (v) implementar políticas de desenvolvimento robustas e sustentáveis visando reduzir gargalos de infraestrutura, aumentar a competitividade da indústria local, elevar os níveis de investimento e, especialmente, preservar o meio-ambiente e a biodiversidade do país.

Este artigo procurou contribuir com o debate em curso, na medida em que está longe de evidente que o resultado líquido da maior interação sino-brasileira será o positivo para o país⁴⁵, particularmente quando se percebe a ausência de uma estratégia de desenvolvimento que contemple as profundas transformações derivadas da ascensão chinesa.

REFERÊNCIAS

ALTEMANI DE OLIVEIRA, H. Brasil e China: uma nova aliança não escrita? *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 53 (edição especial), p. 88-106, 2010.

⁴⁵ Para Rubens Barbosa: “As nossas dinâmicas relações com a China estão trazendo oportunidades e desafios que terão de ser respondidos não com improvisações, mas a partir de uma visão estratégica de médio e de longo prazos. As exportações de produtos agrícolas e de minérios deverão continuar a crescer. E a gradual substituição de produtos industriais brasileiros por produtos importados da China poderá acentuar a queda da participação da indústria no nosso produto interno bruto (PIB). A tendência da concentração das exportações em poucos produtos primários e a desindustrialização - se, no curto prazo, não forem enfrentadas com políticas efetivas - poderão reduzir o Brasil à categoria de simples produtor de commodities e a nossa indústria, ao mercado doméstico.”. Ver: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/o-estado-de-sao-paulo/2011/11/22/os-desafios-da-asia-para-o-brasil-artigo-rubens/print-nota>, acesso em 25/03/2012. Na mesma linha, Sergio Amaral argumenta que: “O desafio da China, assim, não está apenas na peculiaridade e no vulto de seus investimentos ou no volume crescente de produtos importados a um preço substancialmente mais baixo que o do similar nacional. Está em saber lidar, tanto ao nível da empresa quanto do governo, com uma realidade que é nova, diferente e se apresenta como as duas faces de uma mesma moeda: uma promissora, a outra inquietante. Esta realidade não pode ser tratada como business as usual.” Ver: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/artigos-relevantes/o-desafio-da-china-o-estado-de-s-paulo-23-01-2011>, acesso em 25/03/2012.

- ANGANG HU. *China and the World: Assessment and Prospect of the "Post-Crisis" Era*. TMD Working Paper Series, No. 040, Department of International Development. University of Oxford, 2010.
- BABONES, S. The Middling Kingdom – The hype and the reality of China's rise. *Foreign Affairs*, September/October, Vol. 90, N. 5, p. 79-88, 2011.
- BRESLIN, S. 'The China Model' and the Global Crisis. *International Affairs*, Volume 87, Number 6, November, p. 1323-1343, November, 2011.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. (Editor). *Doença holandesa e indústria*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- CALDERÓN, C. Trade, specialization, and cycle synchronization: explaining output comovement between Latin America, China, and India. In. LEDERMAN, D., OLARREAGA, M. e PERRY, G. (Ed.), *China's and India's challenge to Latin America*. Washington, DC: The World Bank, 2008.
- CANUTO, O.; GIUGALE, M. (Editors). *The Day After Tomorrow: a handbook on the future of economic policy in the developing world*. Washington, DC: The World Bank, 2010.
- CASEY, J., KOLESKI, K. *Backgrounder: China's 12th Five-Year Plan*. U.S.-China Economic & Security Review Commission, June 24, 2011 (http://www.uscc.gov/researchpapers/2011/12th-FiveYearPlan_062811.pdf, Access: 01/10/2011).
- CASTRO, A. C., CASTRO, L. B. (organizadoras). *Antonio Barros de Castro: o inconformista* - homenagem do Ipea ao Mestre. Brasília: Ipea, 2011.
- CEPAL. *La República Popular China y América Latina y el Caribe*. Hacia una nueva fase en el vínculo económico y comercial, Junio. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina, 2011a. Disponível em <http://eclac.org.cl> (acesso em outubro de 2011)
- CEPAL. *Panorama de la inserción internacional de la América Latina y el Caribe 2010-2011*. Septiembre. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina, 2011b. Disponível em <http://eclac.org.cl> (acesso em outubro de 2011)
- CERVO, A. L. Brazil's Rise on the International Scene: Brazil and the World. *Revista Brasileira Política Internacional*. 53 (special edition), p. 7-32, 2010
- CESA-BIANCHI, A.; PESARAN, M. H., REBUCCI, A. XU, T. China's Emergence in the World Economy and Business Cycles in Latin America. IDB WORKING PAPER SERIES No. IDB-WP-266, September. Inter-American Development Bank, 2011.
- CLARK, I. China and the United States: a succession of hegemonies? *International Affairs*, Vol. 87, N. 1, January, p. 13–28, 2011.
- COUTINHO, L. A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. In VELLOSO, J.P.R. (org.) *Brasil: desafios de um país em transformação*. Editora José Olympio, 1997.
- CRANDALL, R. The Post-American Hemisphere. Power and Politics in an Autonomous Latin America. *Foreign Affairs*, May/June, Volume 90, Number 3, p. 83-95, 2011.

- CUNHA, A. M., BICHARA, J. S., MONSUETO, S. E., LÉLIS, M. T. C. . Impactos da Ascensão da China Sobre a Economia Brasileira: comércio e convergência cíclica. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 15, p. 406-440, 2011.
- CUNHA, A. M., LÉLIS, M. T. C. , FLIGENSPAN, F. B.. Comércio exterior e indústria manufatureira no Brasil: velhas questões e novas evidências para o período 2000 a 2010. In: FUNAG (Org.). **III Seminário sobre Pesquisas em Relações Econômicas Internacionais**. Brasília: FUNAG, 2011.
- Devlin, R., Estevadeordal, A., Rodriguez, A (Editors). **The Emergence of China: opportunities and challenges for the Latin America and Caribbean**. Washington, DC: Inter-American Development Bank and Harvard University, 2006.
- FENBY, J. China's Domestic Economy. In: SHAMBAUGH. D. *Charting China's Future*: domestic and international challenges. Routledge, 2011.
- FUNAKUSHI, T.; LOSER, C. **China's Rising Economic Presence in Latin America**. Inter-American Dialogue, June 2005.
- FURTADO, C. *Raízes do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- GIOVANNETTI, G., SANFILIPPO, M. Do Chinese Exports Crowd-out African Goods? An Econometric Analysis by Country and Sector. **European Journal of Development Research**, v. 21, N. 4, p. 506-530, 2009.
- GIOVANNETTI, G., SANFILIPPO, M., VELUCCHI M. *The "China effect" on EU Exports to OECD markets* – A focus on Italy. Working Paper n. 17, December. Università degli Studi di Firenze, 2011 (http://www.dse.unifi.it/upload/sub/WP17_2011.pdf. Access in 13/03/2012.)
- GOLDMAN SACHS. *BRICs and Beyond*. The Goldman Sachs Group/Global Economics Department, 2007. (<http://www2.goldmansachs.com/our-thinking/brics/index.html>, link ativo em outubro de 2011)
- GREENAWAY, D., MAHABIR, A., MILNER, C. Has China displaced other Asian countries' exports? *China Economic Review*, Volume 19, Issue 2, June, Pages 152–169, 2008.
- HAIBIN, N. Emerging Global Partnership: Brazil and China. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 53 (edição especial), p. 183-192, 2010.
- HALPER, S. *The Beijing Consensus*: how China's authoritarian model will dominate the twenty-first century. New York, Basic Books, 2010.
- HOEKMAN, B. M.; MATTOO, A. e ENGLISH, P. *Development, Trade, and the WTO: A Handbook* (World Bank Trade and Development Series). Apêndices B e C. Washington DC: The World Bank, 2002.
- IADB. *The World of Forking Paths*: Latin America and the Caribbean facing global economic risks. Washington, DC: Inter American Development Bank, 2012.
- IEDI. A indústria de transformação por intensidade tecnológica: o desafio de crescer sem deteriorar ainda mais o saldo comercial. Carta IEDI, São Paulo, IEDI, n. 454, 11 de fevereiro de 2011.
- IEDI. O Comércio Exterior Brasileiro em 2011. Análise IEDI, 20/01/2012.

- IKENBERRY, G. J. The Future of the Liberal World Order: internationalism after America. *Foreign Affairs*, May/June, Vol. 90, N. 3, p. 56-68, 2011.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND - IMF. *People's Republic of China - IMF Country Report No. 10/238*, July. Washington, 2010.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND – IMF. *World Economic Outlook*. September. Washington, DC, 2011. (<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/02/index.htm>, acesso em outubro de 2011).
- JAYME JR, F. G., REZENDE, M. F. C. Crescimento Econômico e Restrição Externa: Teoria e a Experiência Brasileira. In: Renault, Michel; Leonardo Mello. (Org.). *Crescimento Econômico: Setor Externo e Inflação*. 1 ed. Brasília: IPEA, 2009.
- JENKINS, R. China's Global Expansion and Latin America. *Journal of Latin American Studies*, Vol. 42, Part 4, November, 809–837, 2010.
- JENKINS, R., BARBOSA, A. F. Fear for Manufacturing? China and the Future of Industry in Brazil and Latin America. *The China Quarterly*, 209 , pp 59-81, 2012.
- KANG, D. C. *China Rising: peace, power and order in East Asia*. Columbia University Press, 2007.
- KISSINGER, H. *On China*. Penguin Press HC, 2011.
- KRUGMAN, P. *The Rise and Fall of Development Economics*, 1993 (<http://web.mit.edu/krugman/www/dishpan.html>, acesso em setembro de 2010)
- KURLANTZICK, J. *Charm Offensive: how China's soft power is transforming the World*. New Republic Book, 2007.
- LEÃO, R. P. F.; PINTO, E. C.; ACIOLY, L. (Editors). *A China na Nova Configuração Global - Impactos Políticos e Econômicos*. Brasília: IPEA, 2011.
- LEDERMAN, D., OLARREAGA, M., PERRY, G. (Ed.). *China's and India's challenge to Latin American*. Washington, DC: World Bank, 2008.
- LÉLIS, M. T., CUNHA, A.M., SANTOS, C. El desempeño de las exportaciones de China y el Brasil hacia América Latina, 1994-2009. *Revista de la Cepal*, N. 106, Abril, p. 57-77, 2012.
- MEARSHEIMER, J. J. China's Unpeaceful Rise. *Current History*. Vol. 105, No. 690, April, pp. 160-162, 2006. (Acesso em setembro de 2011 - <http://mearsheimer.uchicago.edu/all-pubs.html>)
- MORRISON, W. M.; LABONTE, M. *China's Holdings of U.S. Securities: Implications for the U.S. Economy*. September 26, Congressional Research Service, 2011.
- NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL. *Global Trends 2025: a transformed world*. Washington, DC: National Intelligence Council, 2008.
- NAUGHTON, B. *The Chinese Economy: transitions and growth*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2007.
- NOLAN, P. China and the Global Economy. In: SHAMBAUGH, D. *Charting China's Future: domestic and international challenges*. Routledge, 2011.

- NYE, Jr, J. S. N. The Future of American Power: dominance and decline in perspective. *Foreign Affairs*, November/December, Vol. 89, N. 6, p. 2-12, 2010.
- PALMA, G. Four Sources of 'De-industrialisation and a New Concept of the 'Dutch Disease'. HSRC EGDI Roundtable, May, 2007.
- PALMA, G. **Why has productivity growth stagnated in most Latin American countries since the neo-liberal reforms?** Cambridge Working Papers in Economics (CWPE) 1030, July, 2011. Available at <http://www.econ.cam.ac.uk/dae/repec/cam/pdf/cwpe1030.pdf>. Accessed in 09/01/2011.
- PHILLIPS, N. Re-Ordering the Region? China, Latin America and the Western Hemisphere. *European Review of Latin American and European Studies*, Number 90, April, p. 89-99, 2011.
- PREBISCH, R. Five Stages in My Thinking on Development. In MEIER, Gerald M, SEERS, Dudley (Edit.). *Pioneers in Development*. Oxford: Oxford University Press, 1984.
- REINERT, E. *How Rich Countries Got Rich and Why Poor Countries Stay Poor*. Public Affairs, 2007.
- RODRIK, D. *Industrial Development: Stylized Facts and Policies*, 2006 (In United Nations, Industrial Development for the 21st Century, U.N., New York, 2007).
- RODRIK, D. *The Return of Industrial Policy*, April, 2010. (<http://www.project-syndicate.org/commentary/rodrik42/English>, acesso em setembro de 2010)
- ROWTHORN, R. E.; WELLS, J. R. *De-industrialization and foreign trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987
- SACHS, J. D.M WARNER, A. *Economic Reform and the Process of Global Integration*. Brookings Papers on Economic Activity, v.1, p. 1-95. Washington, DC: Boorkings Institution, 1995.
- SACHS, J.; WARNER, A. *Natural Resource Abundance and Economic Growth*. Center for International Development and Harvard Institute for International Development. Cambridge MA: Harvard University, 1997.
- SALIDJANOVA, N. **Going Out: an Overview of China's Outward Foreign Direct Investment**, March. U.S.-China Economic and Security Review Commission Research Archive, 2011. (http://www.uscc.gov/researchpapers/research_archive.php, acesso em Outubro de 2011).
- SHIRK, S. L. *China: Fragile Superpower: How China's Internal Politics Could Derail Its Peaceful Rise*. Oxford University Press, 2007.
- SINNOT, E., NASH, J., DE LA TORRE, A. *Natural Resources in Latin America and the Caribbean – Beyond Booms and Busts?* Washington, DC: The World Bank, 2010.
- SUBRAMANIAN, A. The Inevitable Superpower: Why China's Dominance is a Sure Thing. *Foreign Affairs*, September/October, Vol., N. 5, p. 66-78, 2011.

- TIMMER, H., DAILAMI, M., IRVING, J., HAUSWALD, R., MASSON, P. *Global Development Horizons 2011*. Multipolarity: The New Global Economy. Washington, DC: The World Bank, 2012.
- TREGENNA, F. Characterising Deindustrialisation: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. *Cambridge Journal of Economics*, Vol. 33, Number 3, 433–466, 2009.
- UNCTAD. *World Investment Report 2011*. Geneva: United Nations Conference on Trade and Development, 2011.
- VISENTINI, P. G. F. A Novíssima China e o Sistema Internacional. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. suplementar, p. 131-141, nov. 2011.
- WONG, R. B. Chinese Political Economy and the International Economy: linking global, regional and domestic possibilities. In: CALHOUN, C.; DERLUGUIAN, G. (Editors). *Aftermath – A New Global Economic Order?* New York University Press, 2011.
- WONG, R. B. Chinese Political Economy and the International Economy: linking global, regional and domestic possibilities. In: CALHOUN, C.; DERLUGUIAN, G. (Editors). *Aftermath – A New Global Economic Order?* New York University Press, 2011.
- WOOD, A., MAYER, J. *Has China De-industrialized other Developing Countries?* QEH Working Papers Series Number 175, June, 2010.
- WU JIGLIAN. Understanding and Interpreting Chinese Economic Reform. Mason: Thomson, 2005.
- YUFAN HAO, C. X., WEI, G., DITTMER, L. (Editors). *Challenges to Chinese Foreign Policy*: Diplomacy, Globalization and the Next World Power. The University Press of Kentucky, 2009.
- ZHENG BIJIAN. *China's Peaceful Rise*: Speeches of Zheng Bijian 1997-2004. The Brookings Institution, 2005. (<http://www.brookings.edu/events/2005/0616china.aspx>, acesso em setembro de 2011).

RESUMO

Este trabalho avalia como a ascensão chinesa à condição de potência global tem afetado a América Latina em geral, e o Brasil em particular. Se aqueles que argumentam que a economia global tende a ser cada vez mais centrada no Leste Asiático e na China ao longo das próximas décadas estão corretos, deve-se questionar sobre o papel a ser reservado para os países latino-americanos. Argumenta-se, aqui, que a despeito das intenções de ajuste em seu modelo de crescimento, a reação da China à crise financeira global tem exacerbado a dependência, no curto e médio prazos, dos investimentos e exportações. Dada a recuperação lenta das economias maduras, esta estratégia tende a ampliar a pressão chinesas para o acesso a mercados mais dinâmicos, especialmente nas regiões periféricas. Neste contexto, a América Latina representa, não somente uma fonte de recursos naturais, mas um mercado de grande potencial para a absorção das manufaturas chinesas. Por decorrência, países como o Brasil, que possuem estruturas produtivas e de comércio internacional relativamente mais diversificadas tenderão a experimentar processos regressivos de especialização, o que pode gerar reações protecionistas e tensões nas relações bilaterais.

PALAVRAS-CHAVE

Brasil, China, Estratégias de Desenvolvimento.